



SUMÁRIO

» Capítulo I

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS E PRINCIPOLÓGICAS

1.	Conceitos fundamentais de Teoria Geral do Direito	55
1.1.	Natureza jurídica. Categorias jurídicas e institutos	56
1.2.	Relação jurídica e situação jurídica	56
1.3.	Direitos subjetivos, faculdades e direitos potestativos	57
1.4.	Fato jurídico, ato jurídico e negócio jurídico	58
2.	A tríade do Direito Processual do Trabalho: jurisdição, processo e ação	59
3.	Conceito e natureza jurídica	60
4.	O caráter público e as novas tendências do Direito Processual	60
5.	Fontes do Direito Processual do Trabalho	62
5.1.	Constituição	62
5.2.	Leis complementares e ordinárias. Leis estaduais	63
5.3.	Convenções internacionais	64
5.4.	Decretos-leis e medidas provisórias	64
5.5.	Jurisprudência, súmulas e precedentes vinculantes	64
5.5.1.	Súmulas vinculantes	65
5.5.2.	Súmulas comuns	66
5.5.3.	Precedentes	68
5.6.	Doutrina	69
5.7.	Negócio jurídico processual	69
5.8.	Regimentos Internos dos Tribunais	71
5.9.	Costume. O <i>protesto</i> em audiência	71
5.10.	Hierarquia e conflitos entre as fontes	73
6.	Interpretação e integração do Direito Processual do Trabalho	74

7.	Lacunas do Processo do Trabalho e aplicação do Direito Processual Comum. Subsidiariedade e supletividade	76
8.	Autonomia e pioneirismo do Direito Processual do Trabalho	79
9.	Eficácia da lei processual no tempo	80
9.1.	Reforma Trabalhista e aplicação temporal da nova lei	83
9.2.	Aplicação temporal em temas específicos	83
9.2.1.	Sócio retirante	84
9.2.2.	Arbitragem	84
9.2.3.	Acordo extrajudicial	84
9.2.4.	Prazos	84
9.2.5.	Incompetência territorial	85
9.2.6.	Honorários advocatícios sucumbenciais	86
9.2.7.	Compensação de honorários periciais	88
9.2.8.	Prescrição intercorrente	89
10.	Eficácia da lei processual no espaço	89
11.	Relação do Direito Processual do Trabalho com outras ciências	89

» Capítulo II

PRINCÍPIOS DO PROCESSO DO TRABALHO

1.	Princípios – nota introdutória	91
2.	Devido processo legal. Princípio da adequação	92
3.	Juiz natural e Promotor natural	93
4.	Publicidade	94
5.	Acesso à Justiça	95
6.	Contraditório e ampla defesa. Fundamentação das decisões	96
7.	Isonomia e princípio da proteção	99
8.	Duração razoável do processo e economia processual	102
9.	Iniciativa das partes (inércia da jurisdição e impulso oficial)	103
10.	Oralidade: imediatidade, concentração, irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias e identidade física	106
11.	Instrumentalidade e simplicidade	108
12.	Duplo grau de jurisdição	109
13.	Boa-fé processual	110
14.	Cooperação	113
15.	Conciliação	113

» **Capítulo III****JURISDIÇÃO E EQUIVALENTES JURISDICIONAIS**

1. Métodos de solução de conflitos: autocomposição e heterocomposição	117
2. Equivalentes jurisdicionais: autocomposição e arbitragem no Processo do Trabalho	118
2.1. Autotutela	118
2.2. Mediação/conciliação	119
2.3. Transação e renúncia extrajudiciais no contrato de trabalho	121
2.3.1. Homologação de acordo extrajudicial: Reforma Trabalhista	123
2.3.1.1. Limites do acordo extrajudicial: a quitação total pelo extinto contrato de trabalho. Impossibilidade de homologação parcial do acordo	126
2.3.1.2. Rejeição de homologação de acordo e coisa julgada	128
2.4. Comissão de Conciliação Prévia	129
2.5. Arbitragem no Processo do Trabalho	132
2.5.1. Cenário anterior à Reforma Trabalhista	132
2.5.2. Cenário posterior à Reforma Trabalhista	133
3. Jurisdição: notas essenciais e critérios distintivos das funções administrativa e legislativa	136
4. Caracteres essenciais da jurisdição	139
4.1. Investidura	139
4.2. Unidade	140
4.3. Indeclinabilidade (inafastabilidade)	140
4.4. Indelegabilidade e territorialidade	141
4.5. Limites da jurisdição brasileira – <i>competência internacional</i>	142
4.6. Cooperação internacional: homologação de decisão estrangeira, concessão de <i>exequatur</i> às cartas rogatórias e auxílio direto	144
4.7. Imunidade de jurisdição	145
4.8. Inércia	147
4.9. Poderes-deveres de decisão, de coerção, de instrução e de documentação	147
5. Jurisdição voluntária na Justiça do Trabalho. Homologação de acordo extrajudicial	148

» **Capítulo IV****ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO**

1. Órgãos da Justiça do Trabalho	155
2. Magistratura do trabalho	157
2.1. Garantias	157
2.2. Deveres, vedações e responsabilidade	158
3. Competência: conceito, natureza jurídica e critérios	159
4. Classificação das espécies de competência	161
5. A regra da <i>competência-competência</i> e consequências do reconhecimento da incompetência. <i>Translatio iudicii</i>	162
6. Roteiro para fixação da competência. Distribuição, registro e perpetuação da jurisdição	164
7. Competência material da Justiça do Trabalho	165
7.1. Relação de trabalho e relação de emprego	166
7.2. Relações de consumo. Profissionais liberais. Finalismo e maximalismo	167
7.3. Servidores públicos em geral	169
7.3.1. Servidores estatutários e servidores celetistas: regime jurídico único e competência jurisdicional	169
7.3.2. Servidores temporários (CF, art. 37, IX)	171
7.3.3. Servidor público estatutário cedido para empresa estatal	172
7.3.4. Dissídio coletivo de greve de servidor público estatutário	173
7.3.5. Contratação irregular de servidor público (sem concurso público) ...	174
7.4. Meio ambiente do trabalho	175
7.5. Danos pré e pós-contratuais	175
7.6. Empreitada – operário ou artífice	177
7.7. Intervenção de terceiros – denúncia da lide	178
7.8. Entes de direito público externo	178
7.9. Ações que envolvam o exercício do direito de greve	178
7.10. Ações possessórias	180
7.11. Matéria sindical	180
7.12. Mandado de segurança, <i>habeas corpus</i> e <i>habeas data</i>	181
7.13. Penalidades administrativas impostas pelos órgãos da fiscalização do trabalho	182
7.14. Execução de contribuições sociais	182
7.15. Falência e recuperação judicial	186

7.15.1. Créditos trabalhistas	186
7.15.2. Créditos fiscais	192
7.15.3. Desconsideração da personalidade jurídica e grupo econômico ..	195
7.16. Complementação de aposentadoria	198
7.17. Outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho	200
7.18. Matéria criminal	200
7.18.1. Lei Maria da Penha	201
7.19. Dissídios coletivos	202
7.20. Políticas públicas em matéria de trabalho	202
8. Competência territorial na Justiça do Trabalho	203
8.1. Regra geral: art. 651, <i>caput</i> , da CLT. Reconhecimento de incompetência territorial <i>ex officio</i>	203
8.2. Primeira regra especial: art. 651, § 3º, da CLT	205
8.3. Segunda regra especial: art. 651, § 1º, da CLT – agente ou viajante comercial	206
8.4. Terceira regra especial: art. 651, § 2º, da CLT – serviços prestados no estrangeiro	206
8.5. Superação das regras de competência no caso de colisão dos princípios do acesso à justiça e do contraditório	207
9. Foro de eleição. Negócio jurídico processual para modificação do foro competente	208
10. Competência funcional dos órgãos da Justiça do Trabalho	209
10.1. Cartas precatórias, de ordem e rogatórias	211
11. Prevenção. Ações acessórias e consequentes	212
12. Modificação e prorrogação de competência	215
12.1. Conexão	216
12.2. Continência	217
13. Conflito de competência	218
14. Recurso contra decisão sobre competência	219

» Capítulo V

PROCESSO E PROCEDIMENTO

1. Processo. Conceito e natureza jurídica	221
2. Relação jurídica processual e relação jurídica material: direitos, deveres, poderes e ônus. Inexistência de discricionariedade judicial	222
3. Processo e procedimento. Autos e atos do processo	223

4.	Pressupostos processuais	224
4.1.	Noções gerais. Pressupostos de existência e pressupostos de validade	224
4.2.	Classificação dos pressupostos processuais de validade	225
5.	Pontos e questões. Questões principais X incidentais. Questões preliminares e questões prejudiciais. Conceito de cognição judicial	226
6.	Objeto do processo. Mérito da causa	227
7.	Tipos de processo: conhecimento e execução. Processos sincréticos. Cognição exauriente e cognição sumária	228

» Capítulo VI

AÇÃO

1.	Ação – conceito e natureza jurídica. Tutela jurisdicional X prestação jurisdicional	231
2.	Teorias sobre o direito de ação	232
3.	Elementos da ação	233
3.1.	Partes	233
3.2.	Causa de pedir	234
3.2.1.	<i>Jura novit curia</i> . Ausência de juntada de instrumentos coletivos	235
3.2.2.	Substanciação X individualização	236
3.2.3.	Fatos supervenientes: direitos autodeterminados x direitos heterodeterminados	238
3.3.	Pedido – certeza e determinação. Pedido genérico	240
3.3.1.	Pedido implícito	241
3.3.2.	Interpretação do pedido. Pedido heterotópico	241
3.3.3.	Pedido alternativo	242
3.3.4.	Cumulação de pedidos	242
3.3.4.1.	Cumulação própria – simples ou sucessiva	243
3.3.4.2.	Cumulação imprópria – eventual ou alternativa	243
3.3.4.3.	Cumulação inicial e cumulação ulterior	244
3.3.4.4.	Cumulação homogênea e cumulação heterogênea	244
3.3.4.5.	Requisitos da cumulação de pedidos	245
3.3.5.	Pedido de parcela já quitada	246
3.3.6.	Pedido e requerimento	246
3.3.7.	Aditamento, emenda e indeferimento da petição inicial	247

4.	Classificação das ações	247
4.1.	Ações cognitivas (declaratórias, constitutivas e condenatórias) e ações executivas. Sincretismo processual	247
4.2.	Ações individuais e ações coletivas	249
4.3.	Ações dúplices	250
5.	Ação e pretensão	250
6.	Condições da ação	251
6.1.	Interesse de agir	252
6.2.	Legitimidade das partes (ordinária e extraordinária)	254
6.3.	Teoria da asserção. Verificação das condições da ação em diversos momentos processuais e perda superveniente do interesse de agir	254
6.4.	Diferenciação dos pressupostos processuais e permanência do conceito de condições da ação	255
7.	Cumulação de ações: processo cumulativo. Concurso objetivo e subjetivo de ações	256
8.	Desistência da ação	257

» Capítulo VII

SUJEITOS DA RELAÇÃO PROCESSUAL

1.	Nota introdutória	259
2.	Parte: conceito. Capacidade de ser parte. Órgãos públicos	259
2.1.	Capacidade de estar em Juízo ou capacidade processual	260
2.1.1.	Incapacidade absoluta e relativa no processo do trabalho	261
2.1.2.	Intervenção do Ministério Público do Trabalho	261
2.1.3.	Menor emancipado	262
2.1.4.	Réu revel citado por hora certa e réu preso	263
2.1.5.	Preposto. Carta de preposição. Condição de empregado do preposto	263
2.2.	Capacidade postulatória: <i>jus postulandi</i> . Ausência do advogado em audiência	265
2.3.	Substituição processual, representação processual e sucessão processual	266
2.3.1.	Falecimento do trabalhador e do empregador antes da instauração e durante o curso do processo	267
3.	Juiz	269
3.1.	Impedimento	270

3.2.	Suspeição	272
3.3.	Procedimento para arguição de suspeição e impedimento	272
4.	Sujeitos postulantes	274
4.1.	Advogado. Procuração. Mandato tácito e procuração <i>apud acta</i>	274
4.1.1.	Conflitos envolvendo advogados em audiência	276
4.2.	Ministério Público, Defensoria Pública e Sindicato	277
5.	Deveres das partes e procuradores. Ato atentatório à dignidade da jurisdição	277
5.1.	Litigância de má-fé	278
5.1.1.	Possibilidade de punição de testemunha por litigância de má-fé	281
5.1.1.1.	O crime de falso testemunho já é punido com multa na esfera penal	281
5.1.1.2.	Contraditório prévio: uma imposição constitucional ...	283
5.1.1.3.	Possibilidade de equívoco do juiz e de que a mentira esteja na petição inicial ou em outra manifestação processual	284
5.1.1.4.	Contraditório prévio como premissa para aplicação de sanções administrativas, penais ou processuais	284
5.1.1.5.	Contraditório recursal: insuficiência. Impossibilidade de interposição de recurso pela testemunha	285
5.1.1.6.	Inexistência de coisa julgada na decisão que aplica multa à testemunha	286
5.1.1.7.	Ação anulatória movida pela testemunha punida: competência	287
5.1.1.8.	Incidente mencionado na Instrução Normativa nº 41/2018 do TST: desvirtuamento do foco do processo trabalhista	287
5.2.	Responsabilidade do advogado	288
6.	Sujeitos auxiliares do processo	289
7.	Sujeitos probatórios	289

» Capítulo VIII

LITISCONSÓRCIO

1.	Litisconsórcio: generalidades	291
2.	Classificação	291

2.1.	Litisconsórcio ativo, passivo e misto	291
2.2.	Litisconsórcio unitário e simples	292
2.3.	Litisconsórcio necessário e facultativo	293
2.3.1.	A problemática do litisconsórcio necessário ativo	294
2.4.	Litisconsórcio inicial e ulterior	295
3.	Litisconsórcio no Processo do Trabalho	296
3.1.	Litisconsórcio necessário na ação anulatória de cláusulas convencionais	297
3.2.	Tema 18 do TST: litisconsórcio na terceirização ilícita	298
3.3.	Ação civil pública movida pelo MPT em face de empresa estatal	300
4.	Litisconsórcio X substituição processual. Ação de cumprimento	301
5.	Litisconsórcio multitudinário	301
6.	Regime jurídico do litisconsórcio. Confissão	304
6.1.	Possibilidade de a parte requerer o depoimento pessoal de seu <i>litisconsorte</i>	305
7.	Intervenção <i>iussu judicis</i>	305

» Capítulo IX

INTERVENÇÃO DE TERCEIROS

1.	Noções gerais. Fundamentos	307
2.	Classificação	309
3.	Assistência	309
3.1.	Assistência simples	310
3.2.	Assistência litisconsorcial	312
3.3.	Assistência em ações coletivas	313
4.	Denúnciação da lide	315
5.	Chamamento ao processo	319
6.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	322
6.1.	Noções gerais. Teorias maior e menor. Teoria da desconsideração direta da personalidade jurídica. Desconsideração inversa	322
6.2.	Procedimento da desconsideração no Código de Processo Civil	325
6.2.1.	Momento processual para instauração do incidente	326
6.3.	Aplicabilidade do incidente de desconsideração ao Processo do Trabalho	327
6.4.	Sócios novos e sócio retirante	329

6.4.1. Situações possíveis na prática da Justiça do Trabalho	331
7. <i>Amicus curiae</i>	333
8. Figuras equiparadas à intervenção de terceiros	336
8.1. Intervenção litisconsorcial voluntária	337
8.2. Intervenção <i>iussu iudicis</i> . Ação ajuizada exclusivamente em face da tomadora de serviços terceirizados	337
8.3. Reconvenção que amplie subjetivamente a relação jurídica processual	338
8.4. Aditamento da petição inicial e recurso de terceiro prejudicado	338
8.5. Nomeação à autoria	339

» Capítulo X

DESPESAS PROCESSUAIS E ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

1. Despesas processuais: generalidades	341
2. Custas	342
2.1. Posicionamentos do TST a respeito das custas	344
2.2. Custas no litisconsórcio	347
3. Emolumentos	347
4. Ressarcimento e remuneração de sujeitos auxiliares e probatórios do processo	348
4.1. Honorários periciais: critérios, antecipação, compensação, limites e parcelamento	348
4.2. Honorários do tradutor ou intérprete	354
5. Despesas com serviços estranhos ao Poder Judiciário	355
6. Multas	355
7. Assistência Judiciária. Justiça Gratuita	356
7.1. Noções gerais	356
7.2. Cenário legislativo após a Lei 13.467/2017	357
8. Honorários advocatícios no Processo do Trabalho	360
8.1. Reforma Trabalhista e critérios aplicáveis após a decisão da ADI 5766	363
8.2. Reflexos positivos e negativos da mudança	365
8.3. Direito autônomo do advogado x sucumbência recíproca. Acordo sobre honorários	368
8.4. Comparação entre a regulamentação do CPC e da CLT	369
8.4.1. Percentual aplicável	369
8.4.2. Honorários no cumprimento de sentença	370

8.4.3. Honorários advocatícios recursais	370
8.4.4. Beneficiário da justiça gratuita – prazo	371
8.4.5. Litisconsórcio	372
8.4.6. Sucumbência em parte mínima do pedido	372
8.4.7. Honorários advocatícios equitativos: ações declaratórias, consti- tutivas e de valor irrisório ou inestimável	373
8.4.8. Situações de possível verificação na prática	373
8.5. Honorários sucumbenciais para advogados públicos	374
8.6. Retenção de honorários contratuais em caso de destituição de advo- gado	376
9. Honorários assistenciais e honorários na substituição processual (sindicato e Ministério Público)	377
10. Fazenda Pública	379
11. Assédio processual	380

» Capítulo XI

ATOS PROCESSUAIS, PRAZOS E PRECLUSÃO

1. Atos e termos processuais – noções gerais	383
2. Princípios que regem os atos processuais	384
2.1. Sequencialidade	384
2.2. Finalidade	384
2.3. Interdependência	384
2.4. Publicidade	385
2.5. Formalismo e instrumentalidade das formas	385
2.6. Documentação	386
2.7. Preclusão	386
2.8. Eficácia imediata	389
2.9. Outras regras gerais sobre atos processuais: tempo, local e idioma	389
3. Classificação dos atos processuais	390
3.1. Quanto ao conteúdo	391
3.2. Quanto aos sujeitos	392
3.2.1. Atos do juiz	392
4. Comunicação dos atos processuais	394
4.1. Normas gerais sobre notificação	395
4.2. Citação	399

4.2.1. Súmula 16 do TST: presunção de recebimento da notificação postal	399
4.3. Intimação	401
4.4. Situações controvertidas envolvendo notificação: pessoalidade e habilitação em processo eletrônico	401
5. Negócios jurídicos processuais	403
6. Prazos processuais	405
6.1. Classificação dos prazos	405
6.1.1. Prazos peremptórios e prazos dilatórios	406
6.2. Regras gerais atinentes aos prazos processuais	407
6.2.1. Contagem de prazos em horas	410
6.2.2. Prazos da Fazenda Pública	411

» Capítulo XII

DEFEITOS DOS ATOS PROCESSUAIS

1. Introdução	413
2. Defeitos dos atos processuais: generalidades	413
3. Inexistência	414
4. Nulidade absoluta e nulidade relativa	416
5. Mera irregularidade	418
6. Erro material	419
7. Ineficácia	419
8. Princípios regentes das nulidades	420
8.1. Instrumentalidade das formas	420
8.2. Transcendência ou prejuízo	421
8.3. Preclusão temporal	422
8.4. Interesse e boa-fé objetiva	422
8.5. Utilidade ou aproveitamento dos atos processuais	423
9. Arguição, declaração e efeitos	424

» Capítulo XIII

PROCEDIMENTOS E AUDIÊNCIA NA JUSTIÇA DO TRABALHO: FORMAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EXTINÇÃO DO PROCESSO

1. Dissídio individual e dissídio coletivo: distinção	427
2. Formação e extinção do processo	428

3.	Desenvolvimento da relação jurídica processual	429
4.	Procedimento ordinário	429
4.1.	Notificação	430
4.2.	Audiências presenciais, telepresenciais e híbridas	431
4.2.1.	Análise das fases da audiência	434
4.2.1.1.	Fase conciliatória inicial	434
4.2.1.2.	Fase postulatória complementar	434
4.2.1.3.	Fase instrutória	436
4.2.1.4.	Fase final: razões finais e tentativa de conciliação	437
4.2.1.5.	Fase decisória	437
4.2.1.6.	Adaptação do procedimento de audiência	438
4.2.2.	Análise de aspectos processuais e materiais da audiência	438
4.2.2.1.	Ausência das propostas conciliatórias	438
4.2.2.2.	Ausências e atrasos dos sujeitos processuais em audiência	439
4.2.2.3.	Ausência do advogado	441
4.2.2.4.	Presença do advogado no caso de ausência do reclamado	441
4.2.2.5.	Ausência da parte e negócios jurídicos processuais	442
4.2.2.6.	Celebração de acordo sem a presença da parte	443
4.2.2.7.	Dinâmica e duração da audiência. Organização da pauta e intervalos	443
4.2.2.8.	Perempção trabalhista	443
4.2.2.9.	Parte que comparece embriagada	445
4.2.2.10.	Ausência da parte impossibilitada de comparecer: residência no exterior e doença grave	445
4.3.	Fase recursal	445
4.4.	Fase de cumprimento de sentença	445
5.	Procedimento sumaríssimo	446
5.1.	Questões de alta indagação envolvendo o rito sumaríssimo	449
5.1.1.	Facultatividade na escolha do rito	449
5.1.2.	Liquidez da sentença	449
5.1.3.	Valor máximo da condenação	449
5.1.4.	Julgamento por equidade	450
6.	Procedimento sumário	450

7. Facultatividade na escolha do rito	451
8. Procedimento de jurisdição voluntária: homologação de acordo extrajudicial	452

» **Capítulo XIV**

SUSPENSÃO DO PROCESSO

1. Noções iniciais	459
2. Causas e duração da suspensão	460
2.1. Morte ou perda da capacidade processual	460
2.2. Convenção das partes	461
2.3. Arguição de suspeição ou impedimento do juiz	463
2.4. Arguição, por petição, de incompetência territorial	463
2.5. Prejudicialidade, apuração de fatos em outro Juízo e delitos	464
2.6. Força maior	465
2.7. Tribunal Marítimo	466
2.8. Outras hipóteses legalmente previstas	467
3. Efeitos jurídicos da suspensão	468

» **Capítulo XV**

PETIÇÃO INICIAL

1. Petição inicial: noções gerais	469
2. Requisitos	470
2.1. Requisitos comuns ao Processo do Trabalho e ao Processo Civil	470
2.1.1. Endereçamento da petição inicial	470
2.1.2. Qualificação das partes	470
2.1.3. Exposição dos fatos e formulação do pedido. Fundamentos jurídicos	471
2.1.4. Assinatura	471
2.2. Requisitos específicos e situações controvertidas	472
2.2.1. Valor da causa e liquidação dos pedidos: noções gerais	472
2.2.2. Valor da causa e liquidação dos pedidos no cenário pós-Reforma	473
2.2.2.1. Conceitos essenciais	473
2.2.2.2. Panorama jurisprudencial	474

2.2.2.3.	Liquidação de pedidos na realidade da Justiça do Trabalho	475
2.2.2.4.	Interpretação conforme a Constituição do art. 840, § 1º, da CLT	476
2.2.2.5.	Interpretação consequencialista da exigência de liquidação dos pedidos: isonomia	477
2.2.2.6.	Exemplos práticos	478
2.2.2.7.	Posicionamentos do TST sobre liquidação da petição inicial	478
2.2.2.8.	Extinção do processo sem resolução de mérito: princípios aplicáveis	479
2.2.2.9.	Modificações redacionais do art. 840, <i>caput</i> e parágrafos, da CLT	480
2.2.3.	Impugnação ao valor da causa e retificação de ofício pelo juiz	481
2.2.4.	Requerimento de provas e de citação	482
2.2.5.	Audiência de conciliação	482
2.3.	Documentos indispensáveis à propositura: normas coletivas e situações controvertidas	483
3.	Emenda e aditamento	484
3.1.	Necessidade de deferimento da emenda ou aditamento	485
4.	Efeitos da petição inicial	486
5.	Inépcia e outros defeitos	486
6.	Indeferimento e julgamento liminar de improcedência	487

» Capítulo XVI

TUTELA PROVISÓRIA

1.	Tutela provisória: noção e fundamento constitucional	491
2.	Tutela de urgência e tutela da evidência: sistematização e características comuns	492
3.	Tutela de urgência: requisitos e regras específicas. Contracautela	494
4.	Tutela da evidência: requisitos e regras específicas	496
5.	Momento oportuno para concessão de tutela provisória e recursos cabíveis	497
6.	Concessão <i>ex officio</i> de tutela provisória	500
7.	Aspectos procedimentais e competência	502
8.	Estabilização da tutela antecipada	503
9.	Vedações à concessão de tutela provisória	504

10. Tutela de urgência e de evidência em ações constitutivas e declaratórias	505
11. Fungibilidade entre tutela de urgência e tutela da evidência	506
12. Situações controvertidas no Processo do Trabalho	506
12.1. Extinção do processo após deferimento da tutela provisória (FGTS e seguro-desemprego)	506
12.2. Reintegração	507

» Capítulo XVII

RESPOSTA DO RÉU

1. Resposta do réu: generalidades	509
2. Exceção e objeção	510
3. Contestação	511
3.1. Eventualidade	511
3.2. Impugnação especificada	512
3.3. Impugnação especificada na réplica do reclamante	513
3.4. Conteúdo	514
3.4.1. Preliminares ao mérito da causa	515
3.4.1.1. Inexistência ou nulidade da citação	515
3.4.1.2. Incompetência	515
3.4.1.3. Incorreção do valor da causa	516
3.4.1.4. Inépcia da petição inicial	516
3.4.1.5. Perempção	516
3.4.1.6. Litispêndência e coisa julgada	516
3.4.1.7. Conexão e continência	516
3.4.1.8. Incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização	517
3.4.1.9. Convenção de arbitragem	517
3.4.1.10. Carência de ação	517
3.4.1.11. Falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar	517
3.4.1.12. Indevida concessão do benefício da gratuidade de justiça	518
3.5. Mérito: defesa direta e indireta. Compensação e contradireitos	518
3.5.1. Prescrição e decadência	520

3.5.1.1.	Forma de arguição, momento e apreciação judicial de ofício	520
3.5.1.2.	Interrupção e suspensão. Interrupção contra um dos devedores no caso de solidariedade ou subsidiariedade	522
3.5.1.3.	Prescrição intercorrente	524
3.5.1.4.	Prescrição em ações coletivas	528
3.5.1.5.	Prescrição pronunciada de ofício e protesto interruptivo da prescrição	528
4.	Revelia	530
4.1.	Efeitos da revelia	532
5.	Reconvenção	534
6.	Arguição de impedimento ou suspeição	536
7.	Arguição de incompetência territorial sem necessidade de comparecimento: Lei nº 13.467/2017	536
7.1.	Faculdade ou ônus do réu?	536
7.2.	Desnecessidade de peça autônoma	537
7.3.	Suspensão imprópria do processo	537
7.4.	Procedimento e instrução da exceção de incompetência territorial. Ônus da prova	538
7.5.	Julgamento da exceção de incompetência territorial	539
7.6.	Conclusão	540
8.	Situações controvertidas no Processo do Trabalho	540
8.1.	Fazenda Pública: ônus da impugnação especificada e revelia	540
8.2.	Terceirização: revelia da prestadora, com comparecimento da tomadora de serviços	541

» Capítulo XVIII

DIREITO PROBATÓRIO

1.	Prova: noções gerais	544
2.	Contraditório e a busca da verdade	544
3.	Destinatários da prova	545
4.	Meios e fontes de prova	545
5.	Objeto da prova	546
5.1.	Prova do direito e os instrumentos normativos	546
5.2.	Fatos que não dependem de prova	547

6.	Apreciação da prova: papel do juiz e sistemas	548
7.	Aquisição processual da prova	550
8.	Classificações das provas	550
8.1.	Provas típicas e atípicas	550
8.2.	Provas casuais e pré-constituídas	551
8.3.	Prova ilícita e prova ilegítima	551
8.3.1.	Acesso a e-mail e redes sociais do trabalhador	552
8.3.2.	Interceptações telefônicas e gravações ambientais. Sigilo telefônico	553
8.3.3.	Geolocalização e extratos de utilização de transporte público ...	554
8.4.	Prova dividida	555
8.5.	Prova emprestada	556
8.6.	Prova diabólica e de fatos negativos	557
8.7.	Prova direta e indireta: indícios, presunções e máximas da experiência	558
9.	Ônus da prova	560
9.1.	Ônus da prova de acordo com a Reforma Trabalhista	563
9.1.1.	Inversão do ônus da prova <i>ope judicis</i>	563
9.1.2.	Inversão do ônus da prova <i>ope judicis</i> como regra de instrução ...	563
9.1.3.	Inversão do ônus da prova <i>ope legis</i> como regra de julgamento	564
9.1.4.	Adiamento da audiência	564
9.1.5.	Negócio jurídico processual sobre ônus da prova	565
10.	Valoração da prova e <i>in dubio pro operario</i>	566
11.	Iniciativa probatória do juiz	566
12.	Demandas probatórias autônomas: produção antecipada de provas	567
12.1.	Interesse de agir: alegação do direito material e prévio requerimento	569
12.2.	Natureza jurídica da produção antecipada de provas	570
12.3.	Prova documental na produção antecipada de provas	571
12.4.	Competência material e territorial para a produção antecipada de provas	572
12.5.	Procedimento na Justiça do Trabalho	573
12.6.	Contraditório, cognição judicial e coisa julgada	574
12.7.	Medidas executivas na produção antecipada de provas	576
12.8.	Frustração da prova antecipada e consequências processuais na futura "ação principal"	578
12.9.	Prescrição e produção antecipada de provas	580

12.10. Custas e honorários advocatícios: o caráter dúplice da ação	581
13. Documento	582
13.1. Oportunidade de juntada	583
13.2. Incidente de falsidade	585
13.3. Impugnação de documentos	586
13.4. Exibição de documento ou coisa	587
13.5. Eficácia probatória da prova documental	588
13.6. Ata notarial	589
14. Perícia: noções gerais	590
14.1. Impedimento e suspeição do perito	591
14.2. Remuneração do perito e do assistente técnico	592
14.3. Produção da prova pericial: procedimento	592
14.4. Hipóteses típicas de perícia na Justiça do Trabalho	594
14.4.1. Insalubridade e periculosidade	594
14.4.2. Incapacidade laborativa	596
15. Interrogatório e depoimento pessoal	596
16. Confissão	599
16.1. Natureza e efeitos da confissão	600
16.2. Elementos da confissão	602
16.3. Irrevogabilidade e indivisibilidade da confissão	603
16.4. Confissão em situações típicas de litisconsórcio no Processo do Trabalho	604
17. Testemunhas	604
17.1. Noções essenciais	604
17.2. Impedimento, suspeição e incapacidade: informantes e menores	605
17.2.1. Testemunha que também move ou moveu ação em face da reclamada	606
17.2.2. Testemunha que já atuou como preposto	607
17.2.3. Testemunha que tem amizade em redes sociais com a parte. Amizade íntima	607
17.2.4. Testemunha trazida por uma parte e que tem amizade ou parentesco com a parte contrária	608
17.2.5. Testemunha que exerce cargo de confiança na reclamada	608
17.2.6. Depoimentos contraditórios de sujeito que é testemunha em um processo e parte em outro	608
17.3. Qualificação, contradita e compromisso da testemunha	609

17.4. Intimação e rol de testemunhas	610
17.5. Substituição de testemunhas	612
17.6. Procedimento de produção da prova testemunhal	613
17.7. Acareação	615
17.8. Escusas de depor	616
17.9. Número de testemunhas	616
17.10. Valoração da prova testemunhal e falso testemunho	616
17.11. Possibilidade de punição de testemunha por litigância de má-fé	617
18. Inspeção judicial	617

» Capítulo XIX

SENTENÇA

1. Sentença: conceito e natureza jurídica	621
2. Decisões parciais de mérito	622
3. Capítulos da sentença	626
4. Classificações	627
4.1. Sentença definitiva e terminativa	627
4.2. Sentença declaratória, constitutiva e condenatória	627
5. Requisitos estruturais e interpretação da sentença	627
5.1. Fundamentação exaustiva: legitimidade e possibilidades do Poder Judiciário	629
5.2. Fundamentação <i>per relationem</i>	631
5.2.1. Fundamentação <i>per relationem</i> no rito sumaríssimo	634
6. Requisitos formais da sentença	636
6.1. Clareza	636
6.2. Certeza e sentença condicional	636
7. Requisitos substanciais da sentença	637
7.1. Decisões <i>citra petita</i>	637
7.2. Decisões <i>ultra petita</i>	639
7.3. Decisões <i>extra petita</i>	640
7.4. Mitigações ao princípio da congruência no Processo do Trabalho	640
8. Conteúdo da sentença	641
9. Efeitos da sentença: principais, reflexos e anexos	642
9.1. Eficácia natural da sentença	645

10. A sentença e os fatos supervenientes à propositura da ação	646
11. Publicação e alteração da sentença	646
12. Ordem de apreciação das matérias na sentença	648

» **Capítulo XX**

COISA JULGADA

1. Coisa julgada: noções, conceito e natureza jurídica	649
2. Eficácia da coisa julgada	650
2.1. Negativa	650
2.2. Positiva	650
2.3. Preclusiva	651
3. Coisa julgada formal e material	651
4. Limites da coisa julgada	653
4.1. Limites objetivos	653
4.1.1. Concepção tradicional. Coisa julgada sobre questão prejudicial	653
4.1.2. Necessidade de releitura do tema	655
4.2. Limites subjetivos	656
4.2.1. Extensão da coisa julgada ao colegitimado	657
4.3. Limites temporais: coisa julgada e relações continuativas	658
4.3.1. Pensão por ato ilícito: critérios utilizáveis	659
5. Requisitos	660
5.1. Punição de testemunha por litigância de má-fé (CLT, art. 793-D) e inexistência de coisa julgada	661
6. Regimes de formação da coisa julgada	661
7. Conflito entre coisas julgadas	662
8. Formação progressiva da coisa julgada	664
9. Termo de conciliação e seus efeitos: perante as partes e terceiros	666
10. Coisa julgada na execução	667
11. Coisa julgada na jurisdição voluntária	669
12. Coisa julgada criminal X Processo do Trabalho	670
13. Negócios jurídicos processuais sobre coisa julgada	671
14. Relativização da coisa julgada	672

» **Capítulo XXI****TEORIA GERAL DOS RECURSOS**

1.	Recursos: conceito e natureza jurídica	675
2.	Princípios dos recursos	676
2.1.	Taxatividade	676
2.2.	Voluntariedade	676
2.3.	Vedação da <i>reformatio in pejus</i>	676
2.4.	Fungibilidade	677
2.5.	Duplo grau de jurisdição	678
2.6.	Unirrecorribilidade	678
2.7.	Dialeticidade	679
3.	Efeitos dos recursos	681
3.1.	Impeditivo do trânsito em julgado	681
3.2.	Suspensivo	681
3.3.	Devolutivo	684
3.4.	Regressivo	685
3.5.	Expansivo	685
3.6.	Substitutivo	686
4.	Desistência de recurso, renúncia ao direito de recorrer, aquiescência à decisão e homologação de acordo	686
5.	Juízos de admissibilidade e de mérito do recurso. Efeito substitutivo	687
6.	Requisitos intrínsecos de admissibilidade	689
6.1.	Cabimento	689
6.2.	Legitimidade	689
6.2.1.	Recurso da testemunha punida por litigância de má-fé	690
6.3.	Interesse recursal	692
6.4.	Inexistência de atos de disposição do direito de recorrer	693
7.	Requisitos extrínsecos de admissibilidade	693
7.1.	Tempestividade	693
7.2.	Preparo	694
7.2.1.	Depósito recursal	695
7.2.1.1.	Depósito recursal atinente ao capítulo da sentença que condena as partes a pagarem honorários advocatícios sucumbenciais	701
7.2.1.2.	Depósito recursal no recurso extraordinário	701

7.3. Regularidade formal	703
8. Procedimento recursal	704
8.1. Juízo de admissibilidade	704
8.2. Prevenção	705
8.3. Poderes e atribuições do relator	705
8.4. Fatos supervenientes à sentença ou cognoscíveis de ofício	706
8.5. Sustentação oral	706
8.6. Correção de vícios formais	707
8.7. Colheita de votos e pedido de vista	709
8.8. Acórdão	710
8.9. Ampliação do colegiado	711
9. Recurso adesivo	711
9.1. Recurso adesivo e litisconsórcio	714
10. Reexame necessário	716
10.1. Remessa necessária X ação de competência originária de TRT	719
11. Honorários advocatícios recursais	719
12. Recurso de terceiro: perito e advogado	720
13. Prazos recursais	721
14. Recursos repetitivos	721

» Capítulo XXII

RECURSOS EM ESPÉCIE

1. Recurso ordinário	723
1.1. Noções gerais e admissibilidade	723
1.2. Procedimento	725
1.3. Fatos novos e provas novas	726
1.4. Impugnação de decisões interlocutórias	727
1.5. Causa madura	728
2. Embargos de declaração	730
2.1. Noções gerais: cabimento, admissibilidade e efeitos do recurso	730
2.2. Embargos de declaração com efeitos modificativos	732
2.3. Oposição simultânea com outros recursos e ratificação	733
2.4. Embargos de declaração protelatórios	733
2.5. Fungibilidade e decisão monocrática	735

3.	Agravo de instrumento	735
3.1.	Noções gerais e admissibilidade	735
3.2.	Procedimento	737
3.3.	Efeitos	738
4.	Agravo de petição	738
4.1.	Cabimento	738
4.2.	Demais requisitos de admissibilidade	740
4.3.	Delimitação da matéria e valores	742
4.4.	Efeitos	743
5.	Recurso de revista	743
5.1.	Noções gerais	743
5.2.	Hipóteses de cabimento	744
5.2.1.	Fase de conhecimento	744
5.2.2.	Fase de cumprimento de sentença ou processo de execução	745
5.2.3.	Cabimento <i>versus</i> provimento do recurso	745
5.2.4.	Cabimento e matéria fática	747
5.2.5.	Exaurimento da instância anterior	748
5.3.	Prequestionamento	748
5.4.	Transcendência	751
5.5.	Regularidade formal	753
5.6.	Efeitos	754
5.7.	Procedimento	755
5.8.	Recursos de revista repetitivos	756
6.	Embargos no TST	756
6.1.	Embargos de divergência	757
6.2.	Embargos infringentes	758
7.	Agravo interno	759
8.	Recurso extraordinário	760
8.1.	Noções gerais e cabimento	760
8.2.	Esgotamento das instâncias anteriores	761
8.3.	Prequestionamento	762
8.4.	Repercussão geral	762
8.5.	Ofensa reflexa	765
8.6.	Efeito devolutivo e providimentos de urgência	765
8.7.	Procedimento	765

8.8. Recursos extraordinários repetitivos	766
9. Agravo em recurso extraordinário e agravo de instrumento em recurso de revista	767

» Capítulo XXIII

PROCESSO COLETIVO

1. Noções iniciais	769
1.1. Tendência de coletivização do processo. Princípios envolvidos	769
1.2. Espécies de ações coletivas	770
1.3. Direitos difusos, coletivos em sentido estrito e individuais homogêneos no âmbito trabalhista. Direitos individuais heterogêneos	771
2. Dissídios coletivos	774
2.1. Dissídio individual x dissídio coletivo	774
2.2. Conflito coletivo de trabalho	774
2.3. Espécies de dissídios coletivos: objeto, legitimidade. Titular do direito e titular da ação	775
2.4. Poder normativo da Justiça do Trabalho	776
2.4.1. Noções gerais	776
2.4.2. Extensão e limites do poder normativo	777
2.4.3. Comum acordo	778
2.5. Dissídio de greve	780
2.6. Legitimidade para os dissídios coletivos	782
2.7. Classificação dos dissídios coletivos	784
2.8. Dissídios de extensão	785
2.9. Competência funcional e territorial nos dissídios coletivos	786
2.10. Procedimento dos dissídios coletivos	787
2.11. Recursos nos dissídios coletivos	788
2.12. Dissídios coletivos e pessoas jurídicas de direito público	789
2.13. Sentença normativa	791
2.13.1. Considerações terminológicas	791
2.13.2. Coisa julgada	791
2.13.3. Prazo de vigência, ultratividade e eficácia	792
3. Ação de cumprimento	794
3.1. Conceito e natureza jurídica	794
3.2. Ação de cumprimento individual e coletiva	794

3.3.	Dilação probatória	795
3.4.	Legitimidade e competência	795
3.5.	Coisa julgada na ação de cumprimento	795
3.6.	Prescrição na ação de cumprimento	796
3.7.	Pioneirismo do Direito Processual do Trabalho	796
4.	Tutela coletiva de direitos (ações coletivas em sentido estrito)	796
4.1.	Sistema tradicional e microsistema da tutela coletiva	796
4.2.	Ação civil pública	798
4.2.1.	Conceito e objeto. Ação civil coletiva	798
4.2.2.	Procedimento	799
4.2.3.	Legitimação	799
4.2.3.1.	Rol de legitimados	799
4.2.3.2.	Enquadramento teórico da legitimidade	800
4.2.3.3.	Intervenção do Ministério Público	800
4.2.3.4.	Ações coletivas passivas	801
4.2.4.	Institutos relacionados à ação civil pública	802
4.2.4.1.	Inquérito civil público	802
4.2.4.2.	Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)	805
4.2.5.	Competência na ação civil pública	807
4.2.5.1.	Competência material	807
4.2.5.2.	Competência funcional. Ação anulatória de cláusulas convencionais	808
4.2.5.3.	Competência territorial	808
4.3.	Litispêndência em ações coletivas	810
4.3.1.	Litispêndência entre duas ou mais ações coletivas	810
4.3.2.	Litispêndência entre ação coletiva e ação individual. Direito de entrar e de sair da tutela coletiva	811
4.4.	Coisa julgada e transporte <i>in utilibus</i>	812
4.5.	Controle de constitucionalidade em ações coletivas	814
4.6.	Limitação territorial da coisa julgada	815
4.7.	Liquidação e execução	816
4.8.	Prescrição	818
4.8.1.	Direitos individuais homogêneos	818
4.8.2.	Direitos difusos e coletivos em sentido estrito	819
4.9.	Assistência	819

4.10. Conciliação	820
4.11. Atuação do sindicato na tutela de direitos difusos	821

» Capítulo XXIV

PRECEDENTES

1. Precedentes: noções gerais	823
2. Precedentes obrigatórios e precedentes persuasivos	824
2.1. Decisões do Plenário ou do Órgão Especial de tribunais	825
3. Constitucionalidade do sistema de precedentes obrigatórios	828
4. <i>Ratio decidendi, obiter dictum</i> , causa de pedir e técnicas de votação em Tribunais	829
5. Distinção e superação dos precedentes	830
6. Consequências da inobservância dos precedentes	832
7. Regras gerais acerca dos precedentes obrigatórios	833
7.1. Estabilidade, integridade e coerência	834
7.2. Eficácia extraprocessual da decisão	834
7.3. Ampliação do debate	834
7.4. Modulação de efeitos	835
7.5. Publicidade e organização	835
8. Sistemática dos casos repetitivos	836
8.1. Insuficiência do sistema de ações coletivas	836
8.2. Recursos repetitivos e IRDR: noções essenciais e aplicabilidade	837
8.3. Causa-piloto	839
8.4. Seleção do processo paradigma: decisão de afetação	839
8.5. Legitimidade para deflagração	841
8.5.1. Instauração de IRDR – necessidade de processo pendente no Tribunal. Procedimento para a instauração pelo juiz	841
8.6. Suspensão dos processos	843
8.6.1. Suspensão do processo e pluralidade de pedidos. Fase instrutória	844
8.6.2. Distinção do caso concreto equivocadamente suspenso	845
8.7. Competência para julgamento	846
8.8. Decisão do Tribunal e consequências	846
8.9. Desistência e abandono da ação e desistência do recurso	847
8.10. Recursos na sistemática de casos repetitivos	848

9. Incidente de assunção de competência	848
10. Incidente de declaração de inconstitucionalidade	849
11. Procedimento para edição de Súmulas pelos Tribunais Trabalhistas	851

» Capítulo XXV

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS: AÇÕES CONSTITUCIONAIS

1. Reclamação	855
1.1. Conceito, natureza jurídica e abrangência	855
1.2. Hipóteses de cabimento	857
1.2.1. Preservação de competência	857
1.2.2. Garantia de autoridade de decisão	857
1.2.3. Violação de decisão do STF em controle concentrado ou de Súmula Vinculante. Transcendência dos motivos determinantes ...	858
1.2.4. Violação de precedente obrigatório firmado em casos repetitivos ou IAC	859
1.3. Legitimidade, instrução e procedimento	860
1.3.1. Revelia na reclamação	861
1.4. Trânsito em julgado da decisão e interposição de recurso	862
1.5. Efeitos do julgamento da reclamação e recurso cabível	862
2. Mandado de segurança	863
2.1. Conceito e natureza jurídica	863
2.2. Direito líquido e certo: noção e natureza jurídica	863
2.3. Ato de autoridade	864
2.4. Competência para julgamento	865
2.4.1. Matéria judiciária	865
2.4.2. Matéria administrativa	866
2.5. Autoridade coatora e polo passivo. Teoria da encampação	867
2.6. Situações de não cabimento	869
2.6.1. Mandado de segurança contra decisão judicial	871
2.7. Prazo	872
2.8. Procedimento	872
2.9. Recursos	874
2.10. Suspensão de segurança	874
2.11. Coisa julgada	875

2.12. Teoria da causa madura no mandado de segurança	876
2.13. Desistência do mandado de segurança	877
2.14. Mandado de segurança coletivo	878
2.15. Valor da causa e despesas processuais no mandado de segurança	879
3. <i>Habeas corpus</i>	880
3.1. Conceito e natureza jurídica	880
3.2. Cabimento na Justiça do Trabalho e competência	880
3.3. Procedimento	882
4. <i>Habeas data</i>	883
5. Ação popular	884

» Capítulo XXVI

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS – AÇÕES CIVIS

1. Embargos de terceiro	887
1.1. Conceito e natureza jurídica	887
1.2. Legitimidade ativa e passiva	888
1.3. Competência	889
1.4. Procedimento e ônus sucumbenciais	890
1.5. Prazo	893
1.6. Cognição e coisa julgada	893
1.7. Reconhecimento incidental de fraude contra credores	894
2. Interditos possessórios	895
3. Ação de exigir contas	895
4. Ação de consignação em pagamento	897
4.1. Conceito e natureza jurídica	897
4.2. Procedimento	897
4.3. Sentença e extensão da quitação das obrigações	898
4.4. Consignação extrajudicial	899
5. Ação monitória	900
5.1. Conceito e fundamento	900
5.2. Procedimento de acordo com o CPC	901
5.3. Cabimento no Processo do Trabalho	903
5.4. Competência – indicação da <i>causa debendi</i>	903
5.5. Prescrição	904

5.6. Documentos unilaterais e cobrança de contribuições sindicais	904
5.7. Monitoria em face da Fazenda Pública	905

» **Capítulo XXVII**

INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE

1. Conceito e objeto	907
2. Hipóteses de cabimento	907
3. Peculiaridades procedimentais	909
4. Caráter dúplice e reconvenção	911

» **Capítulo XXVIII**

CORREIÇÃO PARCIAL (RECLAMAÇÃO CORREICIONAL)

1. Panorama legislativo	913
2. Possibilidades e limites: natureza jurídica da correção parcial	914
2.1. Nos TRTs	914
2.2. No TST	915

» **Capítulo XXIX**

AÇÃO RESCISÓRIA, AÇÃO ANULATÓRIA E QUERELA NULLITATIS

1. Ação rescisória: conceito, natureza jurídica e principiologia	917
2. Objeto	918
3. Inadmissibilidade, juízo rescindente e juízo rescisório	920
4. Hipóteses de cabimento	922
4.1. Prevaricação, concussão ou corrupção	923
4.2. Impedimento ou incompetência absoluta	924
4.3. Dolo, coação, simulação ou colusão	926
4.4. Coisa julgada	928
4.5. Violação manifesta de norma jurídica	929
4.6. Prova falsa	932
4.7. Prova nova	933
4.8. Erro de fato	935
4.9. Sentença inconstitucional	936
5. Prazo	937

5.1. Regra geral e coisa julgada progressiva	937
5.2. Prova nova	940
5.3. Simulação ou colusão	940
5.4. Sentença inconstitucional	940
6. Legitimidade	942
7. Competência	943
8. Procedimento	943
8.1. Petição inicial	943
8.2. Valor da causa	944
8.3. Depósito prévio	944
8.4. Providências preliminares, revelia e reconvenção	946
8.5. Cumprimento da sentença rescindenda	947
8.6. Fase instrutória e razões finais	947
8.7. Recursos e eficácia da decisão	949
8.8. Ações rescisórias sucessivas	949
9. Ação anulatória	950
9.1. Atos processuais	950
9.2. Atos materiais	951
9.3. Ação anulatória de cláusulas convencionais	951
9.3.1. Litisconsórcio necessário na ação anulatória de cláusulas con- vencionais	953
10. <i>Querela nullitatis</i>	954

» Capítulo XXX

LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA

1. Noção e aplicabilidade	957
2. Natureza jurídica da liquidação	958
2.1. Essência do fenômeno	958
2.2. Modelos processuais de liquidação	959
3. Tipos de liquidação	959
4. Fidelidade ao título e preclusão	961
5. Procedimento	963
5.1. Liquidação por cálculos	963
5.2. Liquidação por arbitramento	964
5.3. Liquidação por artigos	965

6. Legitimidade para instauração	965
7. Revelia	966
8. Liquidação-zero	967
9. Liquidação provisória	968
10. Natureza jurídica da decisão de liquidação	969
11. Coisa julgada e mecanismos impugnativos. Impugnação à sentença de liquidação	969
12. Títulos executivos extrajudiciais	971
13. Índices de juros moratórios e correção monetária	972

» Capítulo XXXI

TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO

1. Noções introdutórias, abrangência e nomenclatura	981
2. Normatividade aplicável: a questão das lacunas	982
3. Princípios executivos	984
3.1. Realidade ou patrimonialidade	984
3.2. Efetividade	985
3.3. Utilidade	986
3.4. Contraditório	986
3.5. Primazia do exequente (princípio do resultado)	987
3.6. Menor onerosidade	987
4. Pressupostos e condições da execução	988
4.1. Competência	988
4.2. Legitimidade	989
4.2.1. Ativa. Cessão de créditos trabalhistas	989
4.2.2. Legitimação passiva	991
4.3. Pressupostos específicos da execução: título e inadimplemento	991
5. Títulos executivos	992
5.1. Judiciais	992
5.1.1. Acordo extrajudicial homologado em juízo	993
5.1.2. Laudo arbitral	997
5.2. Extrajudiciais	1001
5.2.1. Termo de Ajustamento de Conduta	1001
5.2.2. Acordo em Comissão de Conciliação Prévia	1002
5.2.3. Certidão de Dívida Ativa	1003

5.2.4. Títulos de crédito	1003
6. Classificação	1004
6.1. Execução provisória e execução definitiva. Carta de sentença	1004
6.2. Execução direta e execução indireta	1005
6.2.1. Meios executivos atípicos: apreensão de CNH e de passaporte do executado	1005
6.3. Execução específica e execução pelo equivalente	1008
7. Cognição, mérito e coisa julgada	1008
8. Boa-fé na execução	1010
8.1. Fraude contra credores	1010
8.2. Fraude à execução	1011
8.3. Ato atentatório à dignidade da justiça	1014
9. Responsabilidade patrimonial	1015
9.1. Sucessão trabalhista	1017
9.2. Terceirização	1018
9.3. Cônjuge	1020
9.4. Sócio	1021
9.5. Grupo econômico	1021
10. Desistência da execução	1025

» Capítulo XXXII

PROCEDIMENTOS EXECUTIVOS: EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA

1. Linhas gerais do procedimento	1027
1.1. Meios executivos atípicos: apreensão de CNH e de passaporte do executado	1029
2. Intimação do executado: o <i>mandado de citação</i>	1029
2.1. Intimação por hora certa ou por edital	1031
2.2. Oficial de Justiça: cumprimento dos atos executivos	1032
2.3. Arresto executivo	1033
2.4. Ausência de indicação de bens e ato atentatório à dignidade da justiça	1034
3. Penhora	1034
3.1. Conceito, natureza jurídica e efeitos	1034
3.2. Procedimento	1035
3.3. Depósito. Depositário infiel e nomeação compulsória de depositário	1036

3.4.	Intimação da penhora	1039
3.5.	Avaliação	1041
3.6.	Substituição, ampliação e redução da penhora. Segunda penhora	1042
3.7.	Ordem preferencial da penhora e nomeação de bens	1044
3.8.	Bens impenhoráveis. Hipóteses de impenhorabilidade não previstas em lei	1045
3.8.1.	Bem de família	1047
3.8.2.	Bens inalienáveis e declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução	1049
3.8.3.	Móveis que guarnecem a residência e vestuário	1049
3.8.4.	Rendimentos do trabalho humano	1050
3.8.5.	Objetos necessários ou úteis ao exercício de profissão	1053
3.8.6.	Materiais de obras em andamento	1054
3.8.7.	Recursos públicos transferidos para aplicação em saúde, educação ou assistência social	1054
3.8.8.	Depósito em caderneta de poupança	1054
3.8.9.	Seguro de vida	1055
3.8.10.	Outras hipóteses previstas em lei	1055
3.9.	Penhoras especiais	1055
3.9.1.	Penhora <i>on-line</i>	1055
3.9.2.	Penhora de veículos alienados fiduciariamente	1056
3.9.3.	Penhora de bens hipotecados	1057
3.9.4.	Penhora de crédito em mãos de terceiros	1059
3.9.5.	Penhora de cotas ou ações de sociedade	1059
3.9.6.	Penhora da renda e penhora de empresa	1060
4.	Concurso de credores – múltiplas penhoras sobre o mesmo bem	1060
5.	Alienação antecipada	1061
6.	Embargos à execução	1062
6.1.	Denominação, conceito e natureza jurídica	1062
6.2.	Matérias veiculáveis nos embargos	1064
6.2.1.	Falta ou nulidade da citação	1065
6.2.2.	Ilegitimidade da parte	1065
6.2.3.	Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação	1065
6.2.4.	Penhora incorreta ou avaliação errônea	1065
6.2.5.	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções	1066

6.2.6.	Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução	1066
6.2.7.	Causa modificativas ou extintivas da obrigação supervenientes à sentença	1067
6.2.7.1.	Prescrição intercorrente	1067
6.3.	Embargos com eficácia rescisória	1071
6.4.	Garantia integral e parcial do juízo	1073
6.5.	Procedimento. Inexistência de revelia do embargado	1073
6.6.	Suspensão da execução	1074
7.	Exceção de pré-executividade	1076
8.	Expropriação de bens	1077
8.1.	Conceito e natureza jurídica	1077
8.2.	Adjudicação. Adjudicação pelo credor trabalhista por 50% do valor de avaliação	1078
8.3.	Alienação por iniciativa particular	1081
8.4.	Arrematação	1082
8.4.1.	Noções gerais. Leilão e leiloeiro	1082
8.4.2.	Formalidades da hasta pública	1083
8.4.3.	Legitimidade para arrematação	1084
8.4.4.	Preço vil	1085
8.4.5.	Procedimento da hasta pública	1086
8.5.	Expropriação judicial: direitos reais e obrigações <i>propter rem</i>	1088
8.6.	Evicção e vícios redibitórios	1090
8.7.	Ordem preferencial dos mecanismos expropriatórios	1091
8.8.	Efeitos da expropriação	1092
8.9.	Auto e carta. Mandado de entrega e de imissão na posse	1092
8.10.	Impugnação incidental da arrematação. Recurso e ação rescisória	1094
8.11.	Ação anulatória da arrematação	1096
8.12.	Impugnação da adjudicação	1097
8.13.	Desistência da arrematação	1097
9.	Pagamento ao credor	1097
10.	Parcelamento compulsório do crédito exequendo	1099
11.	Protesto de decisão judicial. CNDT	1100
12.	Remissão e remição na execução	1102
13.	Suspensão	1103
14.	Extinção da execução	1104

» **Capítulo XXXIII****PROCEDIMENTOS EXECUTIVOS ESPECIAIS**

1.	Cumprimento de sentença relativo às obrigações de fazer, não fazer e dar coisa distinta de dinheiro	1105
1.1.	Princípios aplicáveis	1105
1.2.	Momento processual oportuno	1107
1.3.	Iniciativa da execução	1107
1.4.	<i>Astreintes</i>	1108
1.5.	Procedimento. A questão da intimação pessoal do devedor para cumprimento das obrigações não pecuniárias	1111
1.6.	Defesa do executado	1112
1.7.	Tutela inibitória e de remoção do ilícito	1113
2.	Execução contra a Fazenda Pública	1114
2.1.	Noção geral: execução imprópria. Conceito de Fazenda Pública	1114
2.2.	Pagamento dos débitos na via administrativa. Conciliação	1115
2.3.	Natureza jurídica da execução contra a Fazenda Pública	1116
2.4.	Requerimento executivo e condutas da Fazenda Pública	1116
2.5.	Embargos à execução: prazo e conteúdo	1118
2.6.	Embargos à execução improcedentes: duplo grau de jurisdição?	1119
2.7.	Execução provisória contra a Fazenda Pública	1119
2.8.	Precatório X requisição de pequeno valor	1120
2.8.1.	Faixas de valores	1120
2.8.2.	Renúncia de parcela do crédito	1120
2.8.3.	RPV: limite no caso de litisconsórcio e honorários advocatícios	1121
2.8.4.	Ordem cronológica dos precatórios: filas existentes	1122
2.9.	Processamento dos precatórios	1123
2.10.	Processamento da RPV	1125
2.11.	Sequestro de verbas públicas	1125
2.12.	Intervenção federal – inadimplemento de precatórios	1127
2.13.	Correção monetária, juros moratórios e precatório complementar	1128
2.14.	Execução de parcela incontroversa contra a Fazenda Pública	1132
3.	Execução fiscal	1132
3.1.	Competência: execução fiscal e falência ou recuperação judicial	1134
3.2.	Desconsideração da personalidade jurídica e redirecionamento da execução	1134

3.3.	Centralização de execuções	1136
3.4.	Prescrição intercorrente na execução fiscal	1136
4.	Execução das contribuições previdenciárias	1137
4.1.	Competência e alcance	1137
4.2.	Procedimento	1138
4.3.	Títulos executivos das contribuições previdenciárias	1139
4.3.1.	Sentença e acordo homologado: discriminação de parcelas indenizatórias	1139
4.3.2.	Acordo na fase de execução	1141
4.3.3.	Acordo celebrado em Comissão de Conciliação Prévia	1142
4.4.	Primazia do credor trabalhista em relação ao previdenciário	1143
4.5.	Fato gerador e juros de mora das contribuições previdenciárias	1143
5.	Execução de títulos extrajudiciais	1144
6.	Execução contra massa falida e empresa em recuperação judicial	1146
6.1.	Créditos trabalhistas	1146
6.2.	Créditos fiscais	1152
6.3.	Desconsideração da personalidade jurídica e grupo econômico	1155
6.4.	A questão da garantia do juízo para os embargos à execução	1159
6.5.	Penhora, arrematação e depósito recursal efetivados antes da recuperação judicial ou da falência	1161
7.	Execução provisória	1162
BIBLIOGRAFIA.....		1167